



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013433-83.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Inventário - Inventário e Partilha**  
 Requerente: **Neusa Aparecida Françoso Messias e outros**  
 Requerido: **Vera Lucia Françoso Messias e outro**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de procedimento de inventário, cuja partilha, sobre os direitos do falecido no contrato de fls. 38/56, foi firmada às fls. 03 da inicial.

Estando os autos regulares, **HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 03 (sobre os direitos do falecido no contrato de fls. 38/56), para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, ficando resguardado no formal de partilha, 25% dos direitos à incapaz Cleusa Françoso, **oficiando-se ao CDHU**, conforme requerido pelo Ministério Público (fls. 80), registrando-se na matrícula no prazo de 60 dias.

Como as questões relativas à taxas e tributos não se submete ao crivo judicial nestes atos, intime-se o Fisco Estadual para o lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC.

Os comprovantes dos recolhimentos de taxas e tributos, tais como o ITBI, deverão ser apresentados junto ao Cartório de Registro de Imóveis para que se proceda o registro do formal de partilha.

Se requerido, fica autorizada desde já à expedição do formal de partilha, sem prejuízo faculto às partes interessadas solicitarem-no diretamente ao Cartório do Tabelionato.

Cumpridas as determinações e recolhidas as custas processuais, dê-se baixa dos autos no sistema e remeta-se ao arquivo.

**P.I.C.**

São Carlos, 22 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**